

O TRABALHO COLETIVO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO NO CONTEXTO DA SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA – O CASO DA UNIVENS

The collective work as educational principle in the context of the socioeconomics solidary - the case of UNIVENS.

OLIVEIRA, Rosângela Pereira de¹
MACHADO, Ilma Ferreira²

RESUMO

Este artigo procurará discutir a dimensão educativa do trabalho na socioeconomia solidária, de modo específico na cooperativa UNIVENS que faz parte da cadeia produtiva do algodão solidário, denominada Justa Trama. Concebe-se a socioeconomia solidária como espaço em que se estabelecem diálogos condizentes com a realidade social, a partir dos saberes constituídos na prática do trabalho coletivo. Com este estudo procuramos ir além da denúncia a um sistema social profundamente desumanizante e buscar, com a participação consciente dos sujeitos, aprofundar o conhecimento sobre os mecanismos de superação da dicotomia trabalho manual-trabalho intelectual e da lógica de educação burguesa, construindo as bases para a emancipação dos sujeitos e para um novo projeto de sociedade.

Palavras-chave: Economia Solidária; Trabalho Coletivo; Emancipação.

ABSTRACT

This paper looks at the educational dimension of work in solidarity socio-economy, specifically in the cooperative UNIVENS part of the productive chain of cotton solidarity, called Justa Trama. It is conceived as a socio-economic solidarity space in which establish consistent dialogue with the social reality, from the knowledge acquired in the practice of collective work. This study looked beyond the complaint to a profoundly dehumanizing social system and seek with the conscious participation of the subjects, more insight into the mechanisms of overcoming the dichotomy between manual work and intellectual work-the logic of bourgeois education, laying the groundwork for the emancipation of the subject and a new social project.

Keywords: Solidarity socio-economy; Collective Work; Emancipation.

¹ Mestranda do PPGEduc/UNEMAT, Bolsista Capes. E-mail: ro.oliveira.clio@gmail.com

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Mato Grosso – PPGEduc/UNEMAT. E-mail: ilma.ferreiramachado@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente artigo está fundamentado nos resultados parciais de uma pesquisa que busca conhecer os efeitos e os desdobramentos sociais, políticos e culturais das experiências de socioeconomia solidária. O intuito é refletir sobre a pedagogicidade do trabalho coletivo e solidário, além de aprofundarmos alguns conceitos e ideias que contribuirão para o desenvolvimento da temática em estudo. Surgem novas possibilidades de reflexão na dialogicidade deste movimento investigativo porque o objetivo final da pesquisa não é somente o fenômeno material da produção acadêmica em si, mas também fazer uma análise crítica e consistente e, quem sabe, provocar a transformação dos fenômenos materiais. Nosso propósito, portanto, é que esse estudo possa apontar perspectivas de desenvolvimento social.

Esse estudo iniciou com a observação direta e participante na UNIVENS - Cooperativa de Mulheres Costureiras Unidas Venceremos -, criada em 1996, composta por mulheres da zona norte de Porto Alegre-RS que, desempregadas e com dificuldades de inserção no mercado formal de trabalho, uniram seus saberes e forças em prol do desenvolvimento de um projeto comum.

Após um longo processo de discussão, 35 mulheres de 18 a 70 anos entraram com três quotas de R\$1 (um real) cada para a formação da cooperativa. Um grande esforço fez com que o grupo superasse as dificuldades iniciais, conseguindo produzir, em um curto prazo, uma encomenda de 500 camisetas. A divulgação feita em sindicatos, entidades e escolas resultou em mais encomendas de camisetas com estampas em serigrafia, sacolas e outros produtos.³

A UNIVENS é a ponta da cadeia ecológica do algodão solidário denominado "Justa Trama", que é a marca da qual participam trabalhadores(as) organizados(as) que integram processos de trabalho na perspectiva da socioeconomia solidária. A Justa Trama é formada por uma rede nacional de mais de 700 trabalhadores e tem por característica básica o uso de fibras ecológicas em seus produtos. Este processo de trabalho coletivo cobre todos os elos da indústria têxtil, do plantio do algodão à confecção das peças orgânicas, livre de agrotóxicos e tingimento. Os trabalhadores envolvidos são, também, proprietários da marca. Pode-se dizer que a UNIVENS procura articular um projeto de geração de renda e desenvolvimento local, criando "redes de proteção" para a sustentação de suas propostas e ampliação de suas ações. Nessa dimensão situa-se a criação, em sistema cooperativo, da Escola Nova Geração, que atende aos filhos das mulheres que atuam na cooperativa e, também, crianças da comunidade. Dado os limites deste texto, não nos deteremos na análise desse aspecto, embora o consideremos de extrema importância, principalmente no que se refere à possibilidade de ampliação dos processos formativos, que abrangem tanto os espaços não escolares como os espaços escolares.

Cabe destacar o contexto no qual se situa a cooperativa: a Vila Nossa Senhora Aparecida, no Bairro Sarandi, em Porto Alegre, e é fruto de uma ocupação de área promovida pelos moradores em 1979. A situação fundiária

³ Disponível em: <<http://cooperativas.sarava.org>>.

do bairro foi regularizada em 1989 pela Prefeitura Municipal (WOLF, 2008). Certamente esses antecedentes de luta e mobilização dos sujeitos são elementos importantes a serem considerados na análise da experiência de trabalho da UNIVENS. O aprendizado de uma luta anterior pode ter impulsionado a organização da cooperativa, revelando que esse processo não se constituiu em algo fortuito e realizado de fora para dentro, por agentes externos.

Muitos questionamentos têm sido feitos no tocante à socioeconomia solidária. As principais delas poderiam ser resumidas a questões do tipo: As práticas de socioeconomia solidária seriam uma tentativa ingênua de fugir às atrocidades da sociedade capitalista? Essas seriam uma medida de reconversão da lógica do capital, uma vez que operariam à sombra das regras do mercado? Em que consiste de fato a socioeconomia solidária e quais suas perspectivas?

Para esta pesquisa partimos do pressuposto de que há uma diversidade de conceitos e olhares sobre a socioeconomia que precisam ser considerados, tais como: economia de resistência, economia social, economia popular, economia popular e solidária, economia alternativa, economia do dom, economia da dádiva, plural, solidária. O conceito precisa ser problematizado de acordo com as vivências e as filiações teóricas, pois são tantos quanto os contextos das experiências, a realidade de suas localidades e comunidades, a percepção dos trabalhadores e o olhar dos militantes em formação, assim como dos pesquisadores.

Utilizamos o conceito de socioeconomia no sentido de que já a partir dele a perspectiva humana esteja em evidência.

A socioeconomia é um conceito que coloca a economia, enquanto atividade ligada à produção e reprodução da vida, a serviço do social e do humano [...]. Toma como referência primeira o ser humano trabalhador, conhecedor, criador – indivíduo e coletividade. Funda-se na convicção de que esse trabalhador tenha os atributos e qualificações – seja atual, seja potencialmente – para tornar-se protagonista principal da economia, da sua gestão, do seu desenvolvimento. [...] A autogestão é um primeiro qualificativo indissociável da socioeconomia. O outro é a solidariedade. Ela significa a consciência de que somos todos conectados e que é a maneira mais inteligente, eficaz e gratificante de vivermos juntos a aventura da vida no mesmo planeta (ARRUDA, 2006, p.115).

O foco aqui é o trabalho desenvolvido no âmbito da socioeconomia solidária, com suas potencialidades de mudança nas relações sociais e produtivas e nas práticas e atitudes dos sujeitos individuais e coletivos, que vem a configurar esta “outra economia” como objeto de estudo para construirmos uma análise fundada no diálogo crítico mediado pela teoria. Pretende-se desenvolver uma proposta em que as ferramentas científicas favoreçam a aquisição de um conhecimento e de uma consciência crítica do processo de transformação do grupo, onde o pesquisador adota uma dupla (e difícil) postura de observador crítico e participante ativo (BRANDÃO, 1990, p.26-27). Desse modo, a própria pesquisa poderá ser um mecanismo de fortalecimento e emancipação das pessoas como sujeitos históricos.

É nesse contexto que se busca analisar o potencial pedagógico do trabalho coletivo na socioeconomia, que vem desafiar a perversa universalidade do discurso neoliberal, construído sob a forma da inexorabilidade do fim da

história. A economia centralizada, baseada no lucro e na exploração do homem, nunca foi base para alçar a emancipação humana, pois, entre outras práticas, excluiu a participação humana ou, quando muito, a concebeu apenas na base da cooptação e da heteronomia.

O sistema hegemônico em sua apresentação neoliberal nega a lógica histórica e o desenvolvimento da humanidade dos sujeitos, uma vez que se pauta pela despolitização, entendendo que o ser humano é incapaz de captar a lógica das determinações sociais. O que, diga-se de passagem, não é algo fácil de concretizar, dada as artimanhas utilizadas pelo próprio sistema capitalista para encobrir as contradições enredadas por ele e manter os trabalhadores subjugados. A expropriação dos meios e ferramentas de trabalho, bem como a exploração do trabalhador do campo e da cidade, é condição de sustentação do capital.

A essência do sistema capitalista está, pois, na separação radical entre produtor e os meios de produção. Esta separação torna-se cada vez mais acentuada e numa escala progressiva, desde que o sistema capitalista se estabeleceu [...]. Para que o sistema capitalista viesse ao mundo foi preciso que, ao menos em parte, os meios de produção já tivessem sido arrancados sem discussão aos produtores, que os empregavam para realizar o seu próprio trabalho; que esses meios de produção se encontrassem já nas mãos dos produtores comerciantes e que estes os empregassem para especular sobre o trabalho dos outros. O movimento histórico que separa o trabalho de suas condições exteriores indispensáveis, eis a causa da acumulação chamada "primitiva", porque ele pertence à idade pré-histórica do mundo burguês (MARX, 1981, p.14-15).

POR QUE FALAR EM UMA PEDAGOGIA DO TRABALHO COLETIVO E SOLIDÁRIO?

O que poderia conter de formativo nas práticas de socioeconomia solidária e em que se constituiria tal formação?

Pelo que diversas experiências e teorias apontam, os projetos de socioeconomia solidária podem tornar-se mais que uma alternativa para geração de renda e sobrevivência material dos trabalhadores. Podem ir além de constituir uma resposta imediata ao desemprego, na medida em que o seu objetivo não é a acumulação de capital, mas o reinvestimento e a distribuição dos bens produzidos entre todos os trabalhadores, possibilitando a formação dos sujeitos pelo trabalho associativo, autogestionário e solidário. Projetos dessa natureza podem propiciar, então, o desenvolvimento de novos valores sociais e suscitar a constituição de organizações societárias fundamentadas em padrões de equidade, cooperação e solidariedade entre as pessoas.

É contra a legitimação da ordem socioeconômica e política existente que se tornou

[...] necessário orientar a possibilidade da atividade produtiva autônoma em direção aos poderes em desenvolvimento dos indivíduos sociais sob a nova forma histórica com a reafirmação da necessidade de uma genuína motivação subjetiva nas raízes da ação autônoma do indivíduo, dentro de uma estrutura decisória plenamente partilhada (MÉSZÁROS, 2004, p.533).

É a partir desse contexto de realização de uma atividade produtiva autônoma, em que nada está pronto, tudo está para se construir, que se aprende e se ensina. Na intenção de obtenção do trabalho como afirmação humana, desponta o diálogo como solução para cada novo entrave. O espaço do trabalho também é aquele da discussão do cotidiano; do preço do pão e do

leite; da criação dos filhos; da situação do posto de saúde; da escola; do custo da produção; da capacitação para o trabalho; da reivindicação política através de processos como o orçamento participativo. Nesse processo, os sujeitos cooperados vão administrando as ações, por caminhos nem sempre conhecidos que, paulatinamente, levam à conquista da emancipação. Tais elementos são indicativos do caráter pedagógico no qual podem se revestir os projetos de socioeconomia solidária.

A vivência do trabalho coletivo demanda uma formação ampla dos sujeitos, que não se esgota no espaço físico ou no setor de trabalho, devendo produzir efeitos no conjunto das ações realizadas pelos trabalhadores, dentro e fora do espaço de trabalho, ou seja, *no tempo de trabalho e no tempo de vida*. Cabe desencadear uma luta contra as formas de exploração no trabalho como também às *formas contemporâneas de estranhamento que se realizam fora do mundo produtivo, na esfera do consumo material e simbólico, no espaço reprodutivo* (ANTUNES, 1999, p.174).

Com base nessas concepções de trabalho e de socioeconomia solidária, procuraremos analisar em que medida o trabalho coletivo e solidário se constitui como um processo de emancipação dos sujeitos, no âmbito da UNIVENS. Ao mesmo tempo, problematizaremos a importância do trabalho, como característica humana, para os indivíduos e para a sociedade. Questiona-se sobre a possibilidade de instauração de uma vida cultural emancipadora no contexto de uma sociedade estruturada segundo a lógica do capital. Tem-se em conta que a socioeconomia solidária se apresenta como uma das alternativas às práticas conservadoras do chamado terceiro setor, que reforça suas múltiplas manifestações como “outra economia”, referendando um padrão social, ecológico e político superiores ao capitalismo convencional (CATTANI, 2003).

TRAÇOS DO TRABALHO COLETIVO E SOLIDÁRIO NA UNIVENS

A formação da cooperativa de mulheres e a organização da produção e do consumo em uma lógica que não visa à exploração de um ser humano sobre outro e que tem por princípio a distribuição igualitária e justa dos resultados da produção, desenha-se como uma possibilidade de mudanças. Essas trabalhadoras podem surgir como protagonistas da mudança, fomentando a construção de metodologias pedagógico-formativas para a construção de outros valores éticos, culturais, ambientais, sociais, econômicos e de gestão, tendo a pedagogia do trabalho solidário como elemento fundante deste processo.

Nesse contexto, o trabalho é tido como característica humana e na perspectiva coletiva e solidária, concebido, portanto, como

[...] ato de criação, de superação do discurso e da representação, permitindo aos indivíduos confrontarem-se com o mundo transformando-o. O desafio que se coloca, então, não é o de abolir o trabalho, mas de dele retirar sua dimensão opressora e alienante. A sociedade emancipada é a sociedade produtora do presente e de um outro futuro (CATTANI, 2003, p.134).

Um dos mecanismos fundamentais nesse processo todo é a autogestão, que em uma dimensão neoliberal pode significar simplesmente a desresponsabilização do Estado para com os destinos de milhões de

trabalhadores, incentivando o chamado empreendedorismo e o trabalho informal e, geralmente, malpago; essa lógica impõe uma competitividade extremamente desigual e desumana e favorece mais uma vez a concentração de capital, pois os “pequenos” são facilmente engolidos pelos “grandes”.

Em uma perspectiva política emancipatória, a autogestão deve ser entendida como mecanismo de apropriação dos processos de elaboração, execução e controle da atividade produtiva pelos próprios trabalhadores, pressupondo, também, a detenção e o domínio das máquinas e equipamentos necessários ao pleno desenvolvimento das atividades previstas. Não é demais frisar que, em uma perspectiva marxiana, as cooperativas só têm valor na medida em que são criações dos próprios trabalhadores, independentes, sem subvenção e sem proteção dos governos ou das classes dominantes.

As características autogestionárias e coletivas podem ser identificadas no trabalho realizado pela UNIVENS, em diversos aspectos, tais como:

1. na confluência de interesses e perspectivas, que configuram um quadro propício à constituição de um coletivo na dimensão apontada por Pistrak (2002), ou seja, que ultrapassa a esfera dos desejos momentâneos e dos interesses passageiros;
2. no pensar e fazer coletivos, caracterizados pelo planejamento conjunto das ações e pela distribuição das responsabilidades e atividades entre todos os membros da cooperativa, fatores estes que asseguram a implementação propriamente dita do trabalho, cuja materialidade reflete-se no produto final, porém que não pode ser entendido descolado dos meandros da produção e das relações sociais nela embutidas;
3. na preocupação em “furar” o bloqueio das grandes empresas, promovendo a articulação e o entrelaçamento de trabalhadores organizados em várias partes do país, e mesmo no exterior; agem em sintonia para assegurar a produção e distribuição dos produtos, socializando os ganhos obtidos com esse trabalho;
4. na perspectiva de produção ecológica e sustentável, entendida não no sentido midiático e, muitas vezes simplista, de preservação da natureza, mas, sim, como mudança no padrão de relações homem-mundo ou homem-natureza.

Essa visão de sustentabilidade alia-se a um entendimento de que o trabalho social não é algo externo à natureza, que é “tanto a fonte de valores de uso [...] como o trabalho, que não é ele próprio senão a exteriorização de uma força da natureza, a força de trabalho humana” (MARX, 1985, p.10).

Portanto, a concepção de desenvolvimento sustentável é assumida pela UNIVENS como a gestação de relações sociais e produtivas de caráter coletivo e emancipatório, tal como preconizado por Pistrak (2002); o desenvolvimento sustentável é pensado para além da perspectiva economicista e desenvolvimentista que historicamente caracterizou essa discussão.

Em oposição à racionalidade neoliberal, percebemos a disposição por parte dos trabalhadores dessa cooperativa em provocar rupturas, efetivando uma prática na qual pensar e fazer não estão dissociados, que tem a solidariedade como princípio ético e o ser humano como centro. Vemos, pois, uma disposição permanente para o enfrentamento às práticas desumanizantes do capital, gestando uma prática educativa desses trabalhadores não para a manutenção do emprego, mas para uma transformação paulatina na ordem social. Os trabalhadores atuam como sujeitos comprometidos com a mudança social que fazem valer o tempo, o trabalho, as relações sociais entre si e com a comunidade.

Superar. Acreditar que os trabalhadores, homens e mulheres, ao se emanciparem, ao construírem paulatinamente a autonomia, interferem na mudança da sociedade. São atitudes como essas que parecem mover as trabalhadoras da UNIVENS.

Nasce um sentimento, é de orgulho, mas também de responsabilidade, porque quem dera que um dia tenhamos tantas cooperativas que possamos construir uma grande rede. Porque nós, os trabalhadores, que sabemos produzir tudo que existe nessa sociedade e alguns nos exploram, concentram e enriquecem. Já imaginou? Nós administrando nossa produção de sapatos, de roupas, de comidas, de fogões... Acredito mesmo que este caminho pode nos levar ao início de uma sociedade de valores novos. Não precisamos nos digladiar em nossos fundos de quintais para sobreviver. O cooperativismo rompe os laços do individualismo, e nos faz sonhar de novo. Os consumidores somos nós, e podemos viver uma reeducação.⁴

O Homem é que é o sujeito histórico, não o mercado ou a economia. Entretanto, nos acostumamos a pensar que o trabalho alienado é a única opção, e que a relação entre lucro e salários é uma definição, porém isto é apenas a explicação para os capitalistas (FROMM, 1975, p.89), ou melhor, é uma explicação utilizada para que o sistema do capital venha a justificar sua ação na sociedade. Ao tomar a ideia de propriedade privada capitalista como fato posto, imutável, retira-se a possibilidade histórica do um modo de produção não capitalista. No paradigma dominante é preciso forçar nossa mente para pensar que nem sempre foi assim. O modo de produção feudal, por exemplo, durou séculos e, também, poderia ser confundido com modo de vida. Porém, existem outros modos de vida (e de produção) coexistindo ao modo de produção dominante, aliás a partir de sua própria contradição ou ainda justamente por ela. Como disse Marx (1981), é a negação da negação.

Para além da imaginação utópica, o trabalho na socioeconomia solidária parece despontar como uma das possibilidades de reinvenção da tensão entre regulação e emancipação (SANTOS, 2009), pois, existindo dentro do sistema hegemônico (regulação), os trabalhadores produzem e vendem suas mercadorias, no entanto, buscando um “comércio justo”. Um importante mecanismo de mudança diz respeito à apropriação dos instrumentos de produção, porém de forma coletiva e não mais individualizada, uma vez que esse processo consiste em ações combinadas que envolvem a chamada “cadeia produtiva”. Em situação semelhante, poderíamos situar a tentativa de articulação entre trabalho manual e intelectual, em que as trabalhadoras reunidas em torno da Justa Trama definiriam o que e o como fazer, ao

⁴ Relato da presidente da cooperativa UNIVENS, em entrevista para a pesquisa.

contrário de constituírem-se como meras executoras e não detentoras do processo e dos resultados da produção. Nessas condições, poderia se arguir pela realização de um trabalho não alienado.

No trabalho desenvolvido pela UNIVENS, configura-se a apropriação dos modos de produção sem exploração e para além da geração de renda, estabelecendo laços e redes que fomentam outras cooperativas. A relação que se estabelece no sentido da busca da emancipação coletiva, forjada *da e na* prática destes sujeitos na vivência coletiva do trabalho solidário, evidencia, desse modo, o potencial educativo do trabalho.

Contudo, algumas contradições teimam em se revelar nesse processo, por exemplo, a própria noção de comércio justo. Justo do ponto de vista do direito burguês ou em uma dimensão alicerçada na própria complexidade do trabalho? Como promover a distribuição “justa”, considerando-se que existem diferenças entre os sujeitos, em termos físicos e espirituais, que levam à realização do trabalho em tempos diferenciados? Reportando-nos a Marx (1985, p.17), lembramos que “a repartição dos meios de consumo é apenas consequência da repartição das próprias condições de produção; esta última, porém, é um caráter do próprio modo de produção”.

PALAVRAS FINAIS

Apesar das contradições que apresentam, percebemos que mais do que um jeito diferente de produzir, trocar, vender o que é necessário para viver, as experiências socioeconômicas solidárias, a exemplo da Cooperativa das Mulheres Unidas Venceremos - UNIVES -, podem tornar-se uma prática de resistência onde cada uma dessas ações aconteça sem explorar os homens ou o meio ambiente. Há uma necessidade objetivamente material que impulsiona essas ações: a crise do trabalho, que faz o indivíduo buscar uma alternativa de geração de renda que garanta sua subsistência, mas esta subsistência é buscada associativamente, na ajuda mútua, e na solidariedade entre os cooperados. As relações de trabalho vivenciadas nesse contexto extrapolam, portanto, a dimensão econômica. Essas relações de tipo novo podem educar os trabalhadores para uma prática política fundamentada nos princípios da cooperação e da coletividade, ampliando-se para um conjunto de ações de resistência ao paradigma dominante, tanto no espaço da vida, quanto no espaço do trabalho, pressionando também por políticas públicas que possibilitem a instauração de outro modelo de desenvolvimento que traga ressignificações sociais, culturais e econômicas.

A meta é encontrar um equilíbrio do ser humano com ele mesmo, com os outros e com a natureza; encontrar liberdade, segurança, responsabilidade, sentimento de pertença ao grupo, alegria e satisfação no trabalho na perspectiva de desenvolver-se como ser humano, omnilateralmente. O horizonte, portanto, é a superação da estrutura social capitalista, de forma que o trabalho possa efetivamente ser vivenciado como condição de humanização do sujeito e não de alienação e exploração.

O Trabalho, segundo Marx, é o que nos caracteriza enquanto humanidade, nos diferenciando dos animais, em relação intrínseca com a natureza.

A natureza é o *corpo inorgânico* do homem, ou seja, a natureza na medida em que não é o próprio corpo humano [...] afirmar que a vida física e espiritual do homem e a natureza são interdependentes significa apenas que a natureza se inter-relaciona com ela mesma, já que o homem é uma parte da natureza. [...] Certamente, o trabalho, a *atividade vital*, a vida produtiva, aparece agora para o homem como único meio que satisfaz uma necessidade, a de manter a existência física. A vida produtiva, entretanto, é a vida genérica. A vida produtiva, entretanto, é vida criando vida. No tipo de atividade vital está todo o caráter de uma espécie, o seu caráter genérico; e a atividade livre, consciente, constitui o caráter genérico; e a atividade livre, consciente, constitui o caráter genérico do homem. A vida revela-se simplesmente como *meio de vida*. O animal identifica-se prontamente com a sua atividade vital. Não se diferencia dela. É a *sua própria atividade*. Mas o homem faz da atividade o objeto de sua vontade e da consciência. Possui uma atividade vital lúcida (MARX, 2005, p.116).

Por isso, entendemos que os processos econômicos solidários possuem uma pedagogicidade própria, têm uma ação pedagógica forjada no trabalho coletivo e solidário. Ampliamos a percepção de ação pedagógica (BORDIEU; PASSERON, 1992) para além do ambiente escolar que, tomado exclusiva e isoladamente, torna restritiva a concepção de ser humano em sua omnilateralidade. Inferimos uma ação pedagógica não impositiva e não exploradora, que pode contrapor-se à ordem social estabelecida, retomando o aspecto educativo do trabalho, em uma dimensão na qual os homens e as mulheres, ao produzirem os meios de sua sobrevivência e desenvolvimento, fazem-se e refazem-se como sujeitos, com toda sua humanidade, podendo expressar sua criatividade ao mesmo tempo em que cumprem com sua tarefa social de garantir as condições de produção e reprodução da espécie. Nessa acepção, o que move os sujeitos não é a produção de mercadoria, mas de valores de uso, não apenas individual, mas, também, coletivo.

No engajamento pela superação da negatividade do trabalho há que se buscar a articulação entre *o reino da necessidade e o reino da liberdade*. De acordo com Marx *apud* Antunes (1999, p.173), essa liberdade consiste no seguinte:

O homem social, os produtores associados regulam nacionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no coletivamente, sem deixar que ele seja a força cega que os domina; efetuam-no com o menor dispêndio de energias e nas condições mais adequadas e mais condignas com a natureza humana. Mas esse esforço situar-se-á sempre no reino das necessidades. Além dele começa o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, o reino genuíno da liberdade, o qual só pode florescer tendo por base o reino da necessidade. E a condição fundamental desse desenvolvimento humano é a redução da jornada de trabalho.

Apoiando-nos novamente em Antunes (1999), lembramos que falar em redução da jornada de trabalho não é o mesmo que falar em redução do tempo de trabalho, uma vez que a redução do tempo formal de trabalho (jornada) pode significar uma intensificação das atividades laborativas antes realizadas pelo trabalhador, levando um aumento real do tempo de trabalho, o que temos presenciado e enfrentado frequentemente no mundo do trabalho capitalista. Nesse sentido, a emancipação humana pressupõe tanto a redução da jornada quanto do tempo de trabalho, remetendo à discussão da necessária articulação entre tempo de trabalho e tempo livre, que expressa um movimento no qual a satisfação das necessidades materiais é condição de libertação das necessidades espirituais (MARX, 1978); no gozo do tempo livre situa-se a possibilidade de desenvolvimento intelectual e cultural, de participação em atividades políticas e sociais, de descanso e lazer. A

combinação entre tempo de trabalho e tempo livre é condição para a constituição do sujeito omnilateral.

O trabalho como ato educativo procura articular intencionalidade e ação, características inalienáveis da atividade humana emancipatória. A natureza dos processos socioeconômicos solidários aponta para essa dimensão de trabalho, por isso nossos olhares se voltam para as experiências em curso, na perspectiva de apreender (e aprender) as estratégias, práticas e contradições nelas implicadas.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo editorial, 1999.
- ARRUDA, Marcos. **Tornar real o possível**: a formação do ser humano integral, Economia solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- BORDIEU, Pierre; PASSERON, Jean C. **A Reprodução**: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- BRANDÃO, Carlos R. **Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. (Org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- CATTANI, Antônio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- FROMM, Erich. **Conceito Marxista do Homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- MARX, Karl. **A origem do capital**: a acumulação primitiva. 4.ed. São Paulo: Global, 1981.
- _____. Crítica ao programa de Gotta. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. Tomo III. Moscovo: Edições Progresso, 1985.
- _____. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Crítica da educação e do ensino**. Lisboa: Moraes, 1978.
- MÉSZÁROS, István. **O Poder da Ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- PISTRAK, M. M. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Crítica da Razão Indolente**: Contra o Desperdício da Experiência. Volume 1. São Paulo: Cortez, 2009.
- WOLF, Tânia Maria. **O Empoderamento das Mulheres da Cooperativa UNIVENS, através da Inclusão Digital**. 2008. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Social) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.